

PROGRAMA DE GESTÃO 2021-2023

CHAPA



FINANÇAS E CONTROLE
EM DEFESA DO
SERVIÇO PÚBLICO

Bráulio Cerqueira presidente



ELEIÇÕES 2020

 UNACON Sindical

 UNACON

Apresentação

É com satisfação que apresentamos a Chapa “Finanças e Controle em Defesa do Serviço Público”, que concorre à Diretoria Executiva Nacional (DEN) do UNACON Sindical, mandato 2021–2023.

Pela primeira vez um dirigente egresso da STN é o candidato à presidência. A unidade e o equilíbrio das finanças com o controle permanecem com a liberação de um dirigente por órgão. A composição da Chapa mescla experiência e renovação, auditores e técnicos, servidores ativos e aposentados, presença da mulher, do DF e dos Estados. Conheça os candidatos:



PRESIDENTE

com dedicação exclusiva/liberação

Bráulio Santiago Cerqueira

AFFC/STN (ATIVO)

Mestre em Economia.

Auditor Federal de Finanças e Controle (desde 2006). Foi professor universitário. Como AFFC, além da atuação na dívida pública e no planejamento fiscal da STN, trabalhou na Secretaria de Política Econômica, na assessoria do Ministro da Fazenda e no Ministério do Planejamento. Participa da Rede da Teoria Monetária Moderna (Rede MMT Brasil) e é membro da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABED).

É Secretário-Executivo do UNACON Sindical (2018–2020).



VICE-PRESIDENTE

Daniel Lara

TFFC/CGU (ATIVO)

Pós-Graduando em Direito Administrativo Disciplinar, Mestre em Ciências Florestais.

Técnico Federal de Finanças e Controle (desde 1995). Atualmente ocupa o cargo de Corregedor do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Vice-Presidente do UNACON Sindical (2018-2020). Foi Secretário-Executivo do Sindicato (2011-2017). Diretor de Finanças da Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público – FENAUD (2020).



SECRETÁRIO-EXECUTIVO

com dedicação exclusiva/liberação

Rudinei Marques

AFFC/CGU (ATIVO)

Doutor em Filosofia, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais, Graduado em Processamento de Dados, Contabilidade e Filosofia.

Auditor Federal de Finanças e Controle (desde 2002).

Presidente do UNACON Sindical (2011-2020); presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado – FONACATE (2016-2020); presidente da Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público – FENAUD (2020).



DIRETORA DE FILIADOS

Elaine Niehues Faustino

AFFC/CGU (ATIVO)

Pós-graduada em Auditoria. Bacharel em Ciências Contábeis.

Auditora Federal de Finanças e Controle (desde 2001). Atualmente lotada na Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte. Atuou na Secretaria Federal de Controle Interno em Brasília (2001-2008). Técnica Federal de Finanças e Controle (1996-2001) na Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina.

É Vice-Presidente da Diretoria Executiva Regional da Unacon Régio Rio Grande do Norte (2018-2020).



DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Roberto Kodama

AFFC/CGU (ATIVO)

Mestre em Direito, pós-graduado em Ética Pública, Transparência e Combate à Corrupção, especializando em Ouvidoria Pública.

Auditor Federal de Finanças e Controle (desde 2004). Membro da Equipe de Pareceristas dos Recursos da Lei de Acesso à Informação na OGU/CGU (desde 2018).

Diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato (2011-2020); Secretário da União Interamericana de Trabalhadores de Organismos de Controle (desde 2014).



DIRETOR DE FINANÇAS

Arivaldo Sampaio (Ari)

AFFC/STN (APOSENTADO)

Licenciado e Bacharel em Educação Física.

Auditor Federal de Finanças e Controle (desde 1988). Atuou nas gerências orçamentária, financeira e de recursos humanos da STN.

É Diretor de Finanças do UNACON Sindical (2018-2020). Foi Delegado Sindical do DF (2011-2017). É um dos fundadores da Unacon (associação) e do Sinatefic (hoje UNACON Sindical).



DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Frederico Carlos Janz (Carlão)

TFFC/CGU (APOSENTADO)

Técnico em Secretariado Executivo.

Técnico Federal de Finanças e Controle (desde 1987). Atuou na Coordenação Geral de Operações especiais da CGU (2007-2017).

Diretor de Comunicação Social do UNACON Sindical (2018-2020). Delegado Sindical do DF (2011-2017).

Princípios para a defesa da excelência da carreira de Finanças e Controle

O serviço público brasileiro vem sendo apresentado hoje como o bode expiatório das crises econômica, social, ambiental e sanitária que assolam o país.

A opinião pública é bombardeada com notícias tendenciosas de toda sorte sobre supostos inchaço do governo e descontrole da folha, que simplesmente não existem. Nos três níveis federativos, o emprego público representa 12,1% do total de ocupados no Brasil, enquanto na média da OCDE chega a 21,3%. Na esfera federal, considerando os três poderes, ativos e aposentados, a projeção do governo para a folha este ano, em que a economia retrocederá ao nível de 2009, é de 4,5% do PIB, mesmo patamar de 20 anos atrás sem tendência alguma ao descontrole.

A agenda política da austeridade a qualquer custo prossegue, a despeito dos parcos resultados alcançados até 2019 e num quadro de emergência sanitária que obriga os mais diversos países a retomarem o planejamento em defesa de suas populações. Aceleração das privatizações, fragilização da CLT, redução das despesas de saúde e educação inerente à lógica do teto constitucional de gastos, diminuição dos valores das aposentadorias, revisão para baixo da regra de correção do salário mínimo. As reformas se sucedem rebaixando o custo do trabalho, ampliando lucros dos bancos e do agronegócio, destruindo o meio ambiente, e proporcionando rearranjos dos grandes patrimônios. Enquanto isso, o desemprego, a informalidade e a subutilização atingem 50% da força de trabalho.

Nesta corrida cujo sentido é o fundo do poço, argumenta-se que os servidores precisam dar sua contribuição: desde 2017, com tentativas malsucedidas de suspensão da recomposição salarial negociada em 2016; com generalização da terceirização e da contratação temporária, esta última representando 8% dos vínculos atuais (três níveis de governo) contra 1% em 2002;

com aumento das alíquotas previdenciárias e redução do valor de novas aposentadorias; com proibição de novos concursos e de reajustes até dezembro de 2021; com redução forçada de jornada e salários na ordem do dia; com ameaças de calote nos precatórios alimentares (de caráter trabalhista); e agora com a reforma administrativa.

A PEC no 32/2020 extingue o Regime Jurídico Único, elimina a estabilidade para a maioria dos novos servidores (com exceção dos típicos de estado), amplia a insegurança jurídica ao remeter para legislação complementar a relação dos cargos típicos de estado e para lei ordinária os critérios de avaliação de desempenho, atribui funções técnicas e estratégicas aos cargos de liderança e assessoramento de provimento discricionário, e permite ao chefe do executivo acabar por decreto com instituições e cargos. É a constitucionalização da precarização das relações de trabalho no serviço público, aliada ao flerte com novas modalidades de patrimonialismo e clientelismo. Enquanto isso, militares percebem aumentos, políticos e Judiciário permanecem de fora da precarização, e o teto remuneratório dos servidores não é regulamentado. Nenhuma palavra na reforma sobre planejamento, governo digital, capacitação, gestão de processos, ciclo e financiamento das políticas públicas.

Correr para chegar ao fundo do poço não é solução. Sem planejamento, sem projeto de desenvolvimento, sem crescimento sustentável, as entregas, tanto do setor público como dos agentes privados, não atenderão às necessidades da população.

Precisamos transitar do dogmatismo fiscal inscrito em regras como o teto de gastos, inexequível nas condições de emergência atuais, para finanças públicas responsáveis com a geração de empregos, distribuição e eficiência econômica, pois o que configura enorme desperdício é a subutilização das potencialidades do país.

A integridade e a qualidade do gasto são indissociáveis de um controle republicano e democrático, capaz de instrumentalizar a

accountability das políticas públicas, tanto em sua dimensão horizontal de avaliação, supervisão e de sanção dentro do governo, como vertical de participação popular efetiva.

No cenário mais desafiador da história do serviço público, a Chapa “Finanças e Controle em Defesa do Serviço Público” afirma seu compromisso com os seguintes princípios:

- i** excelência da carreira de Finanças e Controle, que possui atribuições típicas de Estado executadas por ambos os cargos de auditor e técnico e que requerem remuneração adequada e previsível no tempo;
- ii** estabilidade no cargo e irredutibilidade salarial, prerrogativas do servidor no interesse da sociedade contra perseguições políticas e em prol da continuidade da prestação de serviços à população;
- iii** gestão sistêmica de desempenho, sem ameaças, com capacitação e com avaliação horizontal e vertical, de cima para baixo e de baixo para cima;
- iv** diálogo permanente com o servidor da carreira de Finanças e Controle, com as instituições e com a sociedade.

Diretrizes para atuação da DEN 2021-2023

As diretrizes para a atuação da DEN no período 2021-23 tomam como referência as proposições já aprovadas no III Congresso da Carreira de Finanças e Controle (III CONA-CON), realizado em novembro de 2019. A elas devem mesclar-se o endereçamento dos desafios atuais com base nos princípios elencados acima, bem como a melhora contínua da prestação de serviços e relação com os filiados de todo o país.

O Programa de Gestão 2021-23 organiza-se a partir de 4 eixos complementares:

- I** Desenvolvimento Institucional da CGU e da STN em meio à reforma do Estado e da Administração
- II** Fortalecimento da carreira de Finanças e Controle
- III** Serviços aos Filiados
- IV** Organização e Política Sindical

EIXO I: Desenvolvimento Institucional da CGU e da STN em meio à reforma do Estado e da Administração

- 1 Trabalhar para que a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assessorem tecnicamente a reforma administrativa, visando uma reorganização republicana e democrática do Estado brasileiro.
- 2 Lutar para inscrever a Controladoria-Geral da União (CGU) como órgão constitucional de modo a encabeçar o sistema integrado de controle interno dos poderes, como previsto no art. 74 da CF.
- 3 Lutar para que no organograma do Ministério da Economia, ou do Ministério que venha sucedê-lo, a Secretaria do Tesouro Nacional ocupe o rol de Secretarias Especiais, ou volte a integrar a cúpula do Ministério.
- 4 Buscar a alteração da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 que restringe os investimentos federais, reduz o gasto social *per capita* e impossibilita a manutenção do poder de compra dos salários dos servidores.
- 5 Garantir que a composição dos Conselhos Fiscais de empresas estatais contenha, no mínimo, um representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e que as atribuições em lei do Tesouro Nacional nestes Conselhos sejam respeitadas e exercidas exclusivamente pelos servidores do órgão.

EIXO II: Fortalecimento da carreira de Finanças e Controle

- 6** Lutar contra as propostas de redução de salários, contra o congelamento de subsídios e progressões, o aviltamento dos salários, o fim da estabilidade, e a dilatação da tabela, buscando o fortalecimento da carreira de Finanças e Controle.
- 7** Garantir que ambos os cargos de Finanças e Controle, auditores e técnicos federais, que possuem atribuições estratégicas de estado, compõem o escopo dos cargos típicos de estado.
- 8** Propor mudança da nomenclatura de TFFC para Analista com exigência de Nível Superior para ingresso no cargo.
- 9** Buscar a regulamentação do artigo 247 da Constituição Federal (carreiras de Estado), de modo a trazer garantias adicionais para a carreira de Finanças e Controle.
- 10** No caso de simplificação da estrutura atual de carreiras federais, pleitear para a carreira de Finanças e Controle a inserção nos cargos típicos de estado de maior relevância, responsabilidade e prestígio.
- 11** Lutar pela realização de concurso público para os cargos de Auditor e Técnico Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- 12** Lutar para que as atribuições em Lei dos Auditores (AFFC) e Técnicos (TFFC) Federais de Finanças e Controle sejam respeitadas e exercidas exclusivamente pelos integrantes da carreira de Finanças e Controle.

- 13** Defender que os cargos estratégicos e técnicos de Direção e Assessoramento Superior, ou eventualmente de Liderança e Assessoramento (PEC 32/2020), tanto na Controladoria-Geral da União (CGU) como na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), sejam ocupados por servidores da carreira de Finanças e Controle, com processos de seleção pautados pela transparência, igualdade e isonomia entre os candidatos.
- 14** Lutar pela flexibilização do cumprimento da jornada presencial de trabalho e instalar e auxiliar no aprimoramento do PGD na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Controladoria-Geral da União (CGU), respectivamente.
- 15** Defender, nas negociações, uma tabela com correlação salarial de, no mínimo, 70% entre os cargos de Auditores (AFFC) e Técnicos (TFFC) Federais de Finanças e Controle.
- 16** Atuar junto à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Congresso Nacional para incluir a carreira de Finanças e Controle na Lei das Indenizações de Fronteira.
- 17** Trabalhar junto aos órgãos para que os integrantes da carreira de Finanças e Controle tenham um programa de formação continuada que lhes possibilite o exercício de suas atividades funcionais em conformidade com as funções incumbidas à carreira.
- 18** Promover seminários para discutir os impactos das novas tecnologias e da inteligência artificial no serviço público federal e nas atividades da carreira de Finanças e Controle.
- 19** Incentivar a participação dos membros da carreira em debates e eventos que abordem temas ligados à política econômica, fiscal, controle, combate à corrupção, transparência e outros relacionados à carreira.
- 20** Fomentar o debate acerca da responsabilização criminal da gestão da política fiscal e de seus impactos na carreira de Finanças e Controle.

EIXO III: Serviços aos filiados

- 21** Fomentar ações no âmbito dos Programas de Qualidade de Vida na STN e na CGU.
- 22** Manter e ampliar a profissionalização da gestão de convênios do Sindicato, com parcerias em todo o território nacional, ofertando planos de saúde, descontos em escolas, cursos de línguas, academias, compras *on line* etc.
- 23** Estimular, mediante campanhas de comunicação e sorteios promocionais, a inscrição dos filiados no Clube de Vantagens (convênios) do Sindicato.
- 24** Aprimorar os mecanismos de comunicação com os filiados, incluindo o novo Studio Unacon, o desenvolvimento do novo site da entidade, a atualização constante do Facebook e das redes sociais, as listas de transmissão do WhatsApp (Unacon Informa e Unacon em Pauta), a produção regular do Informativo Finanças & Controle (agora com a opção do filiado recebê-lo por meio eletrônico dispensando o Correio), a reedição do programa Unacon Itinerante de visitas da DEN às Regionais do Sindicato, a atualização periódica do cadastro de filiados, e a divulgação ampla do canal da ouvidoria do Sindicato.
- 25** Realizar eventos sobre gestão de finanças pessoais, bem-estar psicológico, auxílio na tomada de decisão da aposentadoria, adesão ou não à Funpresp.
- 26** Divulgar anualmente calendário de eventos sociais do Sindicato, com destaque para o Dia dos Aposentados, Dia das Mães, Festa Junina, Dia do Economista, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Dia do Servidor Público e Confraternização de Fim de Ano.
- 27** Aprimorar a prestação de serviços jurídicos em causas individuais e coletivas.

EIXO IV: Organização e política sindical

- 28 Aproximar os servidores da carreira, ativos e aposentados, das lutas corporativas e sociais.
- 29 Garantir, em articulação com outras entidades de servidores federais, a representatividade e legitimidade do Sindicato no caso de simplificação da estrutura de carreiras típicas de estado.
- 30 Coordenar com as demais entidades representativas, a defesa permanente das instituições de Estado, buscando o diálogo e a negociação com o Governo e os outros Poderes de forma a garantir o Estado democrático de direito.
- 31 Fomentar a consolidação da Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público – FENAUD.
- 32 Fomentar, com outras entidades e movimentos sociais, estudos técnicos em defesa do aprimoramento institucional da CGU e STN e do serviço público.
- 33 Promover maior racionalização da gestão do UNACON Sindical por meio da cooperação/integração paulatina da estrutura de serviços do sindicato com as de outras entidades de servidores públicos.
- 34 Manter e ampliar a relação do Sindicato com entidades congêneres internacionais, como a Internacional de Serviços Públicos (ISP) e a *Unión Interamericana de Organismos de Controle* (UITOC).
- 35 Fortalecer a presença do UNACON Sindical nas mídias sociais, digitais e impressas em prol da imagem positiva da carreira de Finanças e Controle.
- 36 Implantar o UNACON Digital promovendo, de forma continuada, a revisão e o aprimoramento dos seus processos, visando otimizar a participação, a transparência, a comunicação, a tomada de decisão e a prestação de serviços aos filiados.

DIA 24 DE NOVEMBRO
VOTE CHAPA 1

CHAPA



**FINANÇAS E CONTROLE
EM DEFESA DO
SERVIÇO PÚBLICO**

Bráulio Cerqueira presidente

